



<https://doi.org/10.51880/ho.v26i1.1318>



Um livro, muitas vozes: as potencialidades de um trabalho de história oral em dimensão pública e dialógica com feminilidades trans

Marta Gouveia de Oliveira Rovai*

ORCID iD 0003-0769-0748

Universidade Federal de Alfenas, Departamento de História, Minas Gerais, Brasil

Resumo: Este artigo apresenta reflexões sobre as práticas de colaboração e de autoridade compartilhada no processo de uma pesquisa que trabalhou com a história oral de mulheres transexuais e travestis no sul de Minas Gerais. Procuo evidenciar a potencialidade política de sua dimensão pública e dialógica quanto à produção de conhecimento, à negociação com as entrevistadas e à divulgação das narrativas num livro, produto e produtor de ações políticas e pedagógicas.

Palavras-chave: Mulheres transexuais. História Oral. História Pública. Colaboração. Autoridade compartilhada.

One book, many voices: the potential of an oral history work in a public and dialogic dimension with transsexual femininities

Abstract: This article presents reflections about practices of collaboration and shared authority in the process of a research that worked with the oral history of transsexuals women and transvestites in the south of Minas Gerais. I try to highlight the political potential of its public and dialogic dimension regarding to the production of knowledge, the negotiation with the interviewees and the dissemination of narratives in a book, product and producer of political and pedagogical actions.

Keywords: Transsexuals women. Oral History. Public History. Collaboration. Shared authority.

* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio pós-doutoral pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora adjunta na Universidade Federal de Alfenas (Unifal). E-mail: marta.rovai@unifal-mg.edu.br.

Os impactos de vozes que se querem denúncia pública

Início este texto pela história pública-denúncia. Uma história compreendida como movimento, processo, atitude e engajamento é aqui prática de historiadoras/es que procuram expor ausências de sujeitas/os transgêneras/os na história, na historiografia e nos debates públicos hegemonicamente cisheteronormativos. Prática reflexiva que, por meio da história oral, é aqui entendida como projeto público que não pretende complementar narrativas históricas já consagradas e conhecidas pela Academia, mas questioná-las, descolonizá-las e apontar os danos dos silenciamentos que têm produzido ao excluir múltiplas existências.

Pretendo tratar de uma trajetória de pesquisa com mulheres trans/travestis¹ no sul de Minas Gerais, no decorrer da qual não intencionei “dar voz” a nenhum grupo supostamente dela desprovido, mas, pelo contrário, procurei dar escuta atenta a fim de (re)conhecer e aprender com as diferenças e possibilidades de alianças (trans)feministas; fazer de meu trabalho diálogo, mediação e amplificação da palavra que se quer pública. Começo, então, pelo que parece ser o fim do processo: pelo lançamento de um livro; pela ocupação do espaço político para a denúncia do apagamento e da necropolítica dirigida a corpos e vidas transexuais. Para isso, convido o/a leitor/a a realizar, por um momento, uma “viagem” num cenário significativo que pode ser o começo de transformações acadêmicas e políticas.

Peço que imagine o salão da Câmara de Vereadores da cidade de Alfenas (MG) repleto de estudantes e docentes da Universidade Federal de Alfenas (Unifal), de militantes do movimento LBGTQIA+, entre eles/as muitos corpos transgêneros. Neste lugar estão reunidos/as para falar de um livro, produto de muitos encontros e elaborado a partir de entrevistas orais com onze mulheres trans/travestis que se dispuseram a me contar sobre suas experiências de vida.² Todas dispostas a enfrentar nossas diferenças e tirar delas proveito em busca do registro e da ampliação de suas memórias individuais, mas portadoras de uma coletividade sensível, e a quem coube a autoridade e a gentileza de concederem sua voz a uma mulher cisgênera, para ser vertida em escrita, em debate e em ação pública.

Dia 14 de julho de 2022. Data que talvez tenha se tornado um marco afetivo para a comunidade trans daquele pequeno município mineiro por onde muitas delas circulam, exercendo inúmeras atividades: estão no comércio, na Universidade, em escolas e postos de saúde, no trabalho sexual ou doméstico; também nas festas e nas paradas LBGTQIA+. Entretanto, rotineiramente são ignoradas como pessoas e cidadãs,

¹ Segundo Nascimento (2021) os termos travestis e mulheres trans têm historicidades distintas, sendo ambos abraçados pelo movimento social e político. As colaboradoras de minha pesquisa os usaram de forma indiscriminada e, por isso, optei por fazer o mesmo, embora entenda que seus usos possam ser diferenciados dependendo do contexto, do reconhecimento identitário e do debate político.

² A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade. As narrativas foram transcritas e transcriadas, conferidas e autorizadas pelas narradoras.

transformadas em motivo de risos e olhares desqualificadores de suas existências. Ocupar a Câmara de Vereadores e poder se sentar na cadeira cotidianamente reservada a uma autoridade política cisheteronormativa e conservadora, assim como tomar a tribuna e o microfone para dirigir-se a um público disposto a ouvir, significa reelaboração da palavra e da memória das entrevistadas; performance imprevista inicialmente no trabalho sobre o qual falarei brevemente neste artigo, mas não menos desejada numa pesquisa que procura trazer a pulsão da vida para a narrativa histórica.

Elas estão ali para falar de suas memórias e histórias num livro, que se é assinado por uma historiadora, carrega também suas marcas, sobre as quais é preciso se responsabilizar de forma ética. É um livro-denúncia das exclusões, dos estigmas e das violências simbólicas e físicas sofridas por elas. Denúncia, também, do transfeminicídio num país que mais consome imagens pornográficas de transexuais na internet, segundo Dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) (Benevides, 2022); formas de objetificar, de reduzir seus corpos e vidas a coisas usáveis e descartáveis. Nem todas as onze entrevistadas estão ali presentes para compartilhar publicamente a sua voz, devido à distância dos lugares onde hoje algumas vivem, mas também estão nas palavras e símbolos que comportam as narrativas daquelas que compareceram: Daniela Motta, Kelly Ribeiro, Lucielly, Monara Soares e Wall.

Ainda diante daquela audiência diversa, duas jovens irmãs, Victória e Isabelly, conduzem as apresentações. Elas são estudantes do Ensino Básico em escolas públicas da cidade de Alfenas e foram convidadas para serem as “mestras de cerimônia” do evento. Anteriormente, a primeira teria participado junto comigo de uma longa conversa com docentes e discentes do colégio que frequenta a fim de falar de sua existência e de promover, em parceria com a Universidade, o combate à transfobia na educação. Ao ser consultada sobre o desejo de conduzir a cerimônia na Câmara de Vereadores, Victória pediu para fazê-lo com sua irmã, também uma menina transexual.

Neste dia, convidam a autora do livro com as colaboradoras, a ocuparem a tribuna e dirigirem-se ao público para falar de sua memória/história registrada na obra. Ao lado delas, nas cadeiras do parlatório, uma vereadora cisgênera representa o poder municipal e em seu discurso coloca-se disponível às demandas “dos” travestis da cidade, numa expressão clara do quanto o poder público, muitas vezes, se distancia do debate junto aos movimentos sociais e identitários, apesar de sua “boa vontade”. Depois dela, passo a apresentar o livro, como produto de alianças possíveis entre a universidade engajada em sua própria descolonização e o transfeminismo. Lembro que não represento e nem falo por aquelas feminilidades, pois não posso lhes dar o que a elas pertence: sua própria voz. Em seguida, “a” tra(ns)vestilidade toma a palavra e agiganta-se em gestos que expressam sua força: o caminhar altivo até a tribuna, os olhos que encaram o público; as colocações cujo tom promove silêncios atentos e comovidos e as mãos que apontam e acusam, num misto de responsabilização e apelo à ação coletiva.

Performance individual, mas coletiva, na medida em que cada uma delas se inspira

e se ancora na expressão oral e gestual que lhe antecede para produzir presenças que exigem não apenas o reconhecimento de suas existências, mas dos danos causados a elas e a outras que não podem mais estar no mundo: dezenas de nomes sociais ou retificados, entre travestis assassinadas e parceiras de luta, são pronunciados e homenageados, reafirmando a vida contra a morte: “Um dia uma mulher trans morre. No outro, a família coloca o nome masculino na lápide. Ali somos apagadas pra sempre”, denuncia Wall,³ uma mulher trans que repete em seu pronunciamento público o que já havia registrado no livro.

As adolescentes Victória e Isabelly, que até então apenas ouviam e conduziam as apresentações, decidem também contar sobre suas trajetórias marcadas pela exteriorização da trans/travestilidade, a resistência contra a “expulsão escolar”,⁴ o estigma social e a violência simbólica e física sofrida por elas. Referem-se, também, à superação do medo, aprendida no acolhimento dado por aquelas mulheres presentes, a maioria delas orgulhosa de ultrapassarem o limite de 35 anos de idade, superando as baixas expectativas de vida num país que lidera o assassinato transfóbico (Benevides, 2022). Uma delas, Monara, sentada ao meu lado, se dirige a Yasmin, uma jovem travesti que está entre o público: “Venha também falar de sua história!”.

Naquele momento, o verbo e o território tornam-se delas. E como afirmaram no livro, não há pedidos de licença a mim ou à vereadora, ambas cisgêneras, para a denúncia, pois a autoridade para falar ao público lhes pertence. O espaço de poder representado pela Câmara e pela Academia está tomado pela palavra trans que, se inicialmente foi legitimada a pretexto de um livro, trata de extrapolá-lo e abri-lo para mais histórias, mais vozes, mais vida, no apelo afetivo da performance que toca profundamente os/as presentes. Estes/as, públicos diversos e abertos à escuta, não se cansam de aplaudir em pé aquelas feminilidades que, ao falarem de si, desconstroem toda a cisgeneridade, revelando suas perversidades e sua própria historicidade. Naquele território majoritariamente masculino, hetero, cisgênero e conservador – mas também da mulheridade hegemônica que ainda insiste em se referir a elas como “os travestis” – o evento previsto para duração de uma hora se amplia para três, até ser preciso cerrar as portas para que todos/as possam partir, impactados/as por esta noite em que a história oral se projeta como pública. Ao final, um dos funcionários que assiste a tudo se aproxima e me confidencia: “Maravilhoso! Estou aqui na Câmara há 22 anos e nunca vi algo assim aqui dentro!”.

Retornando ao início da viagem: quando o público nos procura para falar de si

³ Wall é como Walquíria Valentina Alves quer ser chamada no texto.

⁴ Expulsão escolar é a expressão utilizada por Berenice Bento (2011) para se referir a discursos e tecnologias do chamado heteroterrorismo que promovem formas de estigmatização e desrespeito aos nomes sociais e aos corpos trans nas escolas. Não se trata, portanto, de evasão, mas de expulsão dessas pessoas.

Comecei este texto aparentemente pelo fim de um processo de pesquisa, dirigindo-me ao público – agora acadêmico – para reportar-me às inúmeras “viagens” que podemos fazer, (re)conhecendo mundos que não nos pertencem, mas cujas experiências podem se revelar como um exercício de deslocamento empático e em respeito às alteridades e autoridades de saberes que poderão transformar significativamente nossa forma de conduzir trabalhos de história oral. Escolhi não tratar da metodologia da entrevista nem da análise do conteúdo das narrativas que estão de forma integral no livro (Rovai, 2022), pois desejo traçar neste breve artigo algumas considerações sobre as potencialidades que não só a produção de fontes orais, mas as afetações públicas dos encontros dialógicos podem representar, tanto para o/a oralista, para a comunidade que se narra e para os públicos diversos que podem estar na Academia, na militância social e política ou em tantos outros espaços físicos e virtuais, cada qual com suas especificidades e interesses, principalmente a comunidade LGBTQIA+.

Essas potencialidades não se restringem à possibilidade de utilizar ferramentas que permitam ampliar acesso às audiências ou gerar um produto, tal como o livro que serve de pretexto para as reflexões aqui apresentadas, mas fazem parte de uma prática reflexiva sobre o fazer da história oral aliada à história pública, tendo como temática as demandas da população trans. Deste modo, tenciono, ainda, manter o convite à “viagem” para o entendimento do processo de escuta sensível e dialógica, de escrita e de publicização de uma obra pela qual procurei construir e refletir sobre uma metodologia (ou ainda um projeto) mais colaborativa, desde sua concepção até as possíveis intervenções políticas e pedagógicas que podem decorrer dela.

Ainda tomada pela afetação daquele dia de ocupação da Câmara de Vereadores de Alfenas, escolhi organizar este artigo para contar sobre o processo de elaboração de uma história oral pública-denúncia, mas também uma história oral pública-celebração, que foi ganhando contornos cada vez mais democráticos enquanto o estudo acontecia e durante a escrita do livro como um fazer coletivo, em que autoridades foram respeitadas e compartilhadas. Para isso, retomo o início da trajetória que me oportunizou ouvir aquelas mulheres e com elas estabelecer alianças (trans)feministas, não para falar do que podemos entender como “bastidores”, mas para evidenciar negociações que permeiam a pesquisa.

Em 2018, ao desenvolver uma série de entrevistas com membros do Movimento Gay de Alfenas (MGA), uma entidade que atuava na cidade desde os anos 2000 e que era responsável por ações sociais e pela organização da parada *gay* no sul de Minas Gerais, fui provocada pela fala de uma agente de saúde, uma mulher trans chamada Wall Alves. Em nossa conversa, ela chamou minha atenção para as ausências na memória do próprio movimento que eu estava colaborando para registrar. Em sua perspectiva, meu trabalho estava contribuindo para a escuta limitada a homens cisgêneros e produzindo uma narrativa que silenciava a vida de travestis e transexuais como havia sido em toda a história.

Wall, que era e segue sendo uma pessoa muito ativa na cidade, me lembrava sobre o icônico acontecimento de Stonewall em 1969,⁵ para afirmar a presença da travesti latina Sylvia Rivera e de Marsha P. Johnson, mulher trans e negra, ambas esquecidas em sua importância na luta pelos direitos LGBTQIA+. Apontava, ainda, para as existências de corpos que, como os dela, ocupavam a cidade de Alfenas, atuando nos mais diferentes tipos de trabalho e militância, mas que ainda viviam sob o estigma e a invisibilidade, tal como havia acontecido com Rivera e Johnson. Narrando sua própria história de violações, me “enfrentava” como mulher cisgênera para me “fazer entender” que o mesmo país que era campeão em acessos e consumo de imagens de corpos transgêneros estava em primeiro lugar nas estatísticas de transfeminicídio, sendo seus direitos como pessoa negados. Numa fala repleta de questionamentos sobre cidadania trans, ela compreendia que também poderia fazer uso de minha mediação para denunciar a exclusão:

Neste país quem fala que vai nos matar ganha as eleições. [...] Os direitos existem pra você, mas quando chega pra mim, eles são negados. [...] Você não é pessoa? Eu também sou! [...] Não quero privilégio. Não quero mais do que ninguém. Eu quero o direito igual ao seu. Direito de ir e vir, o direito ao trabalho, o direito à dignidade humana. Eu quero esse direito que já existe. (Wall Alves, 2018).

Impactada por sua entrevista – a primeira delas – reafirmei como em história oral nossos/as entrevistados/as nos observam e compreendem a potencialidade daquela relação com a Academia. Wall analisava a minha presença e demonstrava sua autoridade para me cobrar a mediação necessária no registro de vozes que ainda não haviam sido ouvidas até aquele momento. Sua fala não se preocupava em apenas narrar sobre si, mas trazia uma demanda pelo debate público em torno do reconhecimento à existência, à dignidade e ao direito de pessoas como ela. Demonstrava o questionamento em relação a uma noção de esfera pública limitada ao debate branco e cisheteronormativo, na qual a própria universidade e a produção historiográfica estariam inseridas.⁶

Suas provocações oportunizaram a descolonização de minha própria pesquisa e do conhecimento que pretendia produzir, demonstrando que nem sempre nossos temas de investigação partem de nossas escolhas acadêmicas e que os diálogos vão apontando outros caminhos, exigindo o compromisso da escuta com sujeitas resistentes

⁵ A Revolta de Stonewall foi um enfrentamento de membros da comunidade LGBTQIA+ contra a ação de policiais, na cidade de Nova Iorque, em 28 de junho de 1969, data que se tornou emblemática como Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+.

⁶ Sua fala corresponde ao fato de que trabalhos historiográficos sobre as existências trans ainda sejam poucos no Brasil, podendo ser encontradas temáticas limitadas, muitas vezes, à homossexualidade cisgênera. Isso não significa, porém, que não tenha crescido a discussão e a busca pela produção de uma historiografia que se pergunte por essas ausências. Cabe destaque, nesse sentido, à obra *Clio sai do armário: historiografia LGBTQIA+* (Rodrigues; Veras; Schmidt, 2021) e, relativa à história da comunidade trans e à história oral, à dissertação *Senhoras do Tempo: cotidiano, trabalho e ativismos de travestis e transexuais em Manaus (1992-2019)*. (Lima, 2021).

e transgressoras das normas do Cistema, termo utilizado pela transfeminista Viviane Vergueiro (2015, p. 15), para enfatizar “o caráter estrutural e institucional – ‘cistêmico’ – de perspectivas cis+sexistas, para além do paradigma individualizante do conceito de transfobia”. Assim, aos poucos, constituiu-se a perspectiva de uma história pública que contribuiu para criar processos inclusivos de registro e de divulgação das narrativas orais das mulheres trans/travestis, tentando minar discursos hegemônicos cisonormativos presentes na historiografia e, em parte, nos movimentos identitários.

Por meio de Wall, entre os anos de 2019 e 2022, conheci feminilidades não silenciosas, cuja presença na cidade de Alfenas pode ser notada, seja por seu trabalho ou pela militância, no espaço urbano. Entre os vários contatos, decidiram colaborar com a pesquisa Kelly e Monara, duas alfenenses, na época trabalhadoras do sexo; Ana Luíza Ferreira, uma estudante de Medicina, natural da cidade de Três Pontas; Daniela, uma cabeleireira de Alfenas; Gisella Lima, de Montes Claros, que veio para um encontro na Universidade; Letícia Vendraminni, uma travesti negra, moradora de Paraguaçu e que me trouxe as questões das interseccionalidades entre gênero, raça e classe, assim como Nina Helena, uma advogada negra, nascida em São Lourenço; Luana Avila, uma cabeleireira e ex-profissional do sexo, natural de Passos; a professora de educação infantil Lucielly, de Indaiabira; e Thays Minuty, uma ex-prostituta de Alterosa que hoje estuda moda na Alemanha.

Nos primeiros encontros com cada uma delas a recepção à minha presença e à ideia da escuta para a elaboração de um livro demonstrava a consciência da importância daquela proposta. Dois exemplos disso foram as falas iniciais de Lucielly e de Nina Helena anunciando que suas histórias não tratavam de vitimizações, mas de sujeitas que teriam construído suas trajetórias de enfrentamento e que escolheram compartilhá-las com o mundo por meio de meu trabalho:

[...] é o que eu estou fazendo aqui hoje. Às vezes, eu conto a minha história pra um e pra outro, mas é só uma curiosidade. Ninguém nem sabe o pensamento e a intenção de saber alguma coisa da gente, mas eu tenho certeza que é pra uma coisa boa. Eu sempre quis contar minha história e agora chegou o dia, você chegou! (Lucielly Lopes, 2019).

Cara, você tem que me respeitar e ninguém tá te pedindo para você me colocar na sua casa; ninguém tá pedindo para você se relacionar com a gente! Nós pedimos para que respeitem nossas vivências sociais. Respeito! Acho que é essa ideia. E por que eu também trago isso? Porque quando eu faço esse tipo de colocação, quando a gente faz esse livro, também entendo e reivindico um direito para mim! E, enfim, também posso não querer estar aqui. (Nina Helena Batista, 2021).

As posições de Lucielly e Nina Helena cobravam minha responsabilidade ética por suas falas, uma vez que elas decidiram me confiar a palavra e suas memórias mais

íntimas (parte de uma memória coletiva e intersubjetiva) para o conhecimento público; a exigência de constante sensibilidade no exercício de uma escuta e de ações que não deveriam reproduzir a sua vitimização ou a outrização (Kilomba, 2019). Elas me lembravam constantemente que a história oral não deve buscar “excluídos/as” ou “os/as de baixo”, atendendo a conceitos que nomeiam vidas de antemão, mas pessoas que não se limitam a serem “informantes” para corresponderem, muitas vezes, aos nossos objetivos ou hipóteses. Ao me oferecerem suas vozes, aquelas pessoas não pretenderam ser analisadas, mas reconhecidas como capazes de agenciamentos sobre suas vidas; que escolheram denunciar, mas também demonstrar orgulho, alegria e suas resistências – “mais do que isso, Professora Marta, nossas existências”, como me alertou Wall – principalmente quando a assimetria era clara e o perigo de objetificá-las nos sondava. Contra essa objetificação, na vida e na ciência, Nina Helena me encarou, enfrentando a sociedade cisheteronormativa: “Eu tiro de vocês o poder de dizer quem seria eu! Vocês não têm poder de negar a nós a nossa existência”, o que também registrou no livro.

Colaborar e reconhecer autoridades do dizer

Estas colocações que trago no artigo são expressões para demonstrar que em história oral não há “via de mão única”, como afirmou Michael Frisch (2016). É troca e olhar mútuo; colaboração, como definiu José Carlos Meihy (2005), que implica na negociação e no caráter dialógico durante todo o processo de construção da fonte oral, da autorização para sua publicização e da chamada devolução, que não se reduz à entrega de um livro à comunidade e que somente se torna história pública quando consideramos a constituição e o movimento de uma esfera periférica para o centro, minando a concepção de uma “esfera pública” privilegiada, burguesa, cisheteronormativa e branca.

Frisch (2016, p. 62) anunciou o comprometimento com o processo de produção dialógica da pesquisa e o exercício da compreensão histórica fundamentada, ao mobilizar questões sensíveis e socialmente vivas em comunidades de sentido, respeitando autoridades nos saberes, fazeres e existências que se encontram e se confrontam quando lidamos com comunidades que nunca são homogêneas ou categorias universais: “[...] na natureza da história oral e da história pública nós não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores-historiadores. Em vez disso, o processo de interpretação e de construção de significados é, por definição, compartilhado”.

Não busco, nesse sentido, trazer para o debate trechos do conteúdo das narrativas relativas à história oral de vida, mas compartilhar a dinâmica da colaboração e do compartilhamento de autoridades que permearam e ultrapassaram o momento da entrevista para constituir-se produto não apenas mercadológico, mas acima de tudo

amorosidade como ação política, gerada pela “arte do encontro” entre diferentes que se quiseram em aliança contra a centralidade do Cistema. O compromisso com suas falas, portadoras de outras histórias e denunciadoras de problemas sociais, evidenciava o desafio posto por nossas diferenças e intencionalidades individuais e públicas: afinal, quais seriam os efeitos daqueles encontros e da narrativa alargada em outros espaços? Quais seriam as afinidades e os sonhos que nos permitiram negociar e nos aproximar? Nesse sentido, as entrevistas me fizeram ponderar sobre o caminho que a pesquisa poderia tomar, na dimensão da escuta, da afetação, da escrita e de um conjunto de ações elaboradas *com* elas e não apenas *sobre* elas, porque fazer história oral era também falar *sobre mim* e sobre a sociedade cisheteronormativa e branca, marcas trazidas pelo meu corpo e por meu lugar social/identitário de fala.

Enquanto as entrevistas aconteciam, as narradoras também passaram a participar de aulas na Universidade e em grupos de estudo, de forma presencial ou remota. Nesse processo, Wall teria começado o seu contato com discentes em uma de minhas aulas, perguntando a eles/as o que pensavam ao se dirigirem de casa para lá. Em meio a respostas referentes ao cansaço das avaliações e de “docentes exigentes”, ela teria iniciado com uma “confissão”: “Quando venho para cá, fico imaginando se chegarei viva até aqui”. Estas provocações à cisgenderidade hegemônica se expandiram para além da pesquisa e da escrita do livro, sendo ressignificadas em cada contato com públicos diferenciados, mas sempre abrindo brechas em concepções preconceituosas e limitadas: “As pessoas precisam nos conhecer melhor, professora. Elas não gostam de nós porque não conversam com a gente”, me disseram em diferentes momentos aquelas mulheridades e feminilidades.⁷

Diante da oferta generosa de suas vozes procurei compreender questões não apenas individuais, mas relações, permanências sociais, passados em aberto, que se evidenciavam quando eu pedia que elas compartilhassem suas memórias de infância, passando pela família e pela escola, pelo preconceito e pelas exclusões da cidadania. No entanto, elas foram muito além, desejando publicizar lembranças de superação, de acolhimento e de afetos; de dores, mas também de festa, considerando-me merecedora daquelas vozes, uma aliada (como me chamavam) numa luta em que o transfeminismo poderia fazer avançar o feminismo. Elas me doaram uma narrativa coletiva, repleta de discordâncias e também de desafetos, a fim de se dirigirem ao mundo cisgênero, à própria comunidade LGBTQIA+ e àqueles/as que desconheciam suas histórias a fim de proporcionar a “viagem” em que nos descobrimos. “Por um momento, vistam a nossa pele e escutem nossas vozes!”, elas me disseram inúmeras vezes, sugerindo inclusive que este fosse o nome do livro que eu havia dito que escreveria a partir de suas narrativas.

Utilizo o termo “viagem”, apropriando-me das considerações de María Lugones

⁷ Utilizo os termos mulheridades e feminilidades, a partir da discussão apresentada por Nascimento (2021), segundo a qual nem toda travesti se percebe como mulher trans, mas constrói a sua feminilidade a partir de contextos diversos.

(1987, p. 11) para entender o sentido de também “vestir a pele”. Ao denunciar as colonialidades de saber e de gênero, a filósofa defende uma política feminista de aproximações e alianças por meio de “peregrinações por mundos” diferentes. Se esta “viagem” nos proporciona oportunidade de coalizões entre feminilidades constituídas em contextos diversos e (des)contínuos, também nos permite aprender conhecendo parte de saberes e experiências que nunca serão nossos, mas que fazem com que cada subjetividade e a própria história possam se tornar plurais: “A mudança de ser uma pessoa para ser outra pessoa diferente é o que chamo de ‘viajar’ [...] podemos ‘viajar’ entre mundos e podemos habitar mais de um mundo ao mesmo tempo”.

Podemos vestir as peles umas das outras, escapando da outridade, como apontou Kilomba (2019) fazendo referência às hierarquizações e desqualificações entre sujeitas, e construir o respeito às “outridades”, expressão usada pela transfeminista Letícia Nascimento (2021, p. 65): “É preciso insistir na possibilidade de que, a partir de nossas outridades, nossas diferenças, possamos construir uma irmandade, sermos outsiders à cis-heteronormatividade e Sisters dentro do feminismo [...]”. Esta colocação de Nascimento, inclusive, fez parte das entrevistas quando abordávamos nossas singularidades, as críticas ao feminismo hegemônico e as possíveis contribuições do livro e outras ações para o avanço na luta coletiva.

Suas narrativas demonstravam clareza da necessidade de fazer implodir o tratamento colonizador do Cistema sobre os corpos, saberes e desejos de grupos que se quer subalternizados e colonizados (negras, indígenas, pobres e LGBTQIA+) e, por suas vozes e ações, promover conhecimentos contra-hegemônicos, como também defendeu Djamilia Ribeiro:

As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. Isso, de forma alguma, significa que esses grupos não criam ferramentas para enfrentar esses silêncios institucionais, ao contrário, existem várias formas de organização políticas, culturais e intelectuais. (Ribeiro, 2017, p. 36).

“O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir”, ainda afirma a autora (Ribeiro, 2017, p. 37). E a história oral em sua dimensão pública pode contribuir, dentro e fora da Academia, para a mediação de falas e para reafirmar existências, uma vez posicionada e preocupada em produzir comunidades de escutadores/as, configurando-se como prática reflexiva que conjuga ciência e engajamento público. Não se trata somente da produção de fontes, mas dos “múltiplos comprometimentos presentes nos atos interpretativos; a responsabilidade com a devolução da pesquisa e a publicização do conhecimento, e assim por diante”, como afirmou Ricardo Santhiago (2018, p. 297).

Diante de uma história coletiva de apagamento, violência e extermínio cotidiano em que as transgeneridades são consideradas como “forasteiras da humanidade, estrangeiras do gênero”, objetos de rejeição (Nascimento, 2021, p. 49), registrar suas memórias e histórias não é contentar-se com o relato, mas transformá-lo numa forma de combater representações de seus corpos associadas à promiscuidade, à patologia e ao pecado, que perpassam instituições, ciências e cotidianos marcados pela colonialidade. Desta forma, como também afirmou Portelli (2010) sobre a igualdade em história oral, os pontos em comum entre nós relativos às nossas feminilidades não precisaram significar uma identidade compartilhada, mas sim uma disposição de nos ouvir e de nos aceitarmos criticamente a fim de defender o direito à palavra no discurso público e nas instituições políticas, democraticamente, como o fizemos na Câmara de Vereadores.

O livro: colaboração e autoridade compartilhada

Exercitar a escuta sensível em história oral requer que continuemos a escutar – mais do que ouvir – os ecos daquelas vozes mesmo depois do encerramento de nossas entrevistas. Implica em que os afetos e afetações alarguem o encontro, que se estende no tempo: na escrita, na análise, na produção de formas de debate e publicização, nas afinidades entre diferentes por uma cultura decolonial, antirracista, antilgbtfóbica, anticlassista e antissexista. Significa pensar sobre os efeitos de nossa presença em uma comunidade afetiva, sobre nossa responsabilidade no momento em que escolhemos elaborar um produto, seja ele um livro, uma exposição, um vídeo, uma roda de conversa, enfim, uma ação que não seja capaz de sintetizar nem simplificar o entendimento de um processo complexo de escutas; mas, pelo contrário possa carregar a potencialidade de provocar, responsabilizar e chamar ao debate diferentes públicos: o acadêmico, o militante, o ordinário, cujas formas de legitimar nosso trabalho passam por diversas apropriações.

Sobre os públicos, Fernando Nicolazzi (2019, p. 207) aponta a necessidade de atenção aos/às sujeitos/as a quem nos dirigimos e às condições de legitimidade que não envolvem apenas o cumprimento dos protocolos de estudos e o reconhecimento de nossos pares, mas o papel dos interesses do público receptor. É mais do que receptor, avaliador e produtor de saberes. Desta forma, as colaboradoras e a comunidade trans à qual pertencem não poderiam ser jamais pensadas como audiência passiva, mas agentes ativas, legitimadoras de meu trabalho em cuja mediação e divulgação também projetaram expectativas pessoais e políticas. Por isso, nos momentos em que realizava as transcrições e transcriações daquelas gravações, eu pensava sobre as falas durante as entrevistas, as interações entre elas e discentes nas salas de aula da Universidade, nas mensagens virtuais no grupo que criamos e nos encontros coletivos que tivemos

durante a pandemia.

Um dos maiores cuidados que procurei tomar como pesquisadora branca, hetero e cisgênera em meio a colaboradoras transgêneras foi ser responsável ética e cientificamente com a palavra que me confiaram, sem abandonar meu lugar social e todas as ferramentas de análise; sem romantizar nossa relação, mas ao mesmo tempo procurando produzir uma intervenção política amorosa, como defendeu bell hooks (2010), capaz de gerar amor próprio, base da luta coletiva por um feminismo plural. Perguntava-me junto delas como seria traduzir toda a potência de nossos encontros numa obra que ganhasse a dimensão pública, não apenas enquanto produto a ser consumido, mas que expressasse a dialogia e a alteridade que o constituiu, sensibilizando o/a leitor/a e devolvendo com delicadeza o registro escrito capaz de gerar discussões públicas, na perspectiva de Portelli:

A palavra que recebemos é uma palavra alheia; porém a palavra que escrevemos, essa é nossa, essa está em nosso nome, aquele que aparece na capa dos livros que escrevemos. Mas essa palavra nossa, esses livros que levam nossos nomes não os produzimos somente com nossas palavras; nós os produzimos com as palavras alheias que os entrevistados nos confiaram no encontro dialógico. (Portelli, 2010, p. 5).

Como oralista a quem foi confiada a palavra, em primeiro lugar, foi preciso me (nos) perguntar sobre os públicos que pretendíamos afetar; também sobre como aquela obra conseguiria compor nossas alianças (trans)feministas contra práticas de (trans)sexismo; sobre nossa colaboração, nossa autoridade compartilhada e os lugares sociais e identitários como troca e ampliação de presença. Qual seria a contribuição da história oral no sentido da encruzilhada entre diferentes para combater a colonialidade de gênero (Lugones, 2014) que tenta colocar as transgeneridades num “não lugar” e lhes recusa o direito de ser um corpo passível de amor? Nina Helena, entre outras, afirmou que o livro seria o registro de sua indignação às tentativas de controle sobre sua vida e defendeu seu direito de escolher não pertencer a “esse mundo” cisheteronormativo: “[...] posso não querer estar aqui. Não é só ‘eles não me querem’. É ‘Eu me retiro!’ [...]. Ou seja, o poder de dizer não; o poder de se ausentar; o poder daquela rejeição ser minha também!”.

Como ela, as demais entrevistadas, ao me concederem as experiências e memórias selecionadas, escolheram que gostariam de estar por meio de minha mediação em outros espaços nos quais não fossem presentes: “Vá e leve nossa voz”, me disse Wall. “Onde você for, escolhemos estar”, anunciou Thays. Isso não significava, porém, que eu as representasse como mulheres trans, mas como lugar de fala acadêmico a partir de suas vozes. Em nossos encontros via Google Meet, elas também questionavam a estrutura que a obra teria e o público a quem ela se dirigiria, além de minha autoridade como pessoa cisgênera. Uma das entrevistadas, Gisella, me perguntou: “Como seu trabalho será legitimado pelo público trans sendo você uma mulher cis?”, o que se

tornou também motivo de debate entre nós, provocado ainda por duas questões que fiz a elas e que pedi para que escrevessem um texto com a finalidade de compor a obra: “Como pensam a importância e o que gostariam de dizer ao público LGBTQIA+ ou cisgênero sobre o livro?” e “O que pensam sobre a possibilidade de fazerem parte de um livro escrito junto a uma mulher branca e cisgênera?”.

As respostas a essas perguntas foram organizadas de forma coletiva e abriram e fecharam o livro produzido, junto às minhas apresentações e considerações finais, negociando o saber da experiência e a *expertise* histórica. Estes textos por mim transcritos foram a elas apresentados, conferidos e validados como representativos de suas vozes, no momento em que os leram. Reproduzo abaixo um pequeno trecho elaborado por elas, dirigido ao público leitor:

Este livro tem como objetivo dar transparência ao assunto, à nossa vida como pessoas trans e travestis, buscando um futuro mais igualitário, com oportunidade para todas e a favor de políticas públicas de saúde e educacionais voltadas para o respeito e para a valorização da diversidade. A população brasileira precisa entender a realidade dessa população, da qual fazemos parte; que o mundo LGBTQIA+ precisa ser digno do trabalho, da saúde, da educação e da segurança. E do amor! (Rovai, 2022, p. 15).

As trocas e reflexões me orientaram a tratar a escrita do livro sob a perspectiva dos chamados estudos *queer*, com o cuidado de orientar a pesquisa e a escrita por debates trazidos por intelectuais transgêneras como Letícia Nascimento, Viviane Vergueiro, Michele Lima, Jaqueline de Jesus, Beatriz Bagagli, Megg Rayara, Letícia Lanz, Luma Andrade, Sofia Fávero e Emi Koyama, entre tantas outras, que me ensinaram a lapidar minha escuta, meu olhar e meu aprendizado na denúncia de uma história pseudocientífica que naturaliza a cisheteronormatividade, enquanto cria modos de opressão. Assim, como afirmou Viviane Vergueiro, a história oral ganharia o sentido de

[...] tornar nossos estudos (mais) relevantes às vidas, vivências e realidades daquelas pessoas que historicamente foram tidas como ‘objetos de estudo’ e ‘natives’ e nos deixarmos afetar a partir das alteridades, vivências, reivindicações, e resistências das pessoas trans/travestis e suas memórias. (Vergueiro, 2015, p. 192).

Com este intuito, o livro foi organizado de forma a entrecruzar minhas reflexões com as narrativas transcritas⁸ das colaboradoras, cabendo ao/à leitor/a conhecer não apenas as minhas considerações teórico-conceituais acerca de trechos por mim selecionados, mas a íntegra escrita de cada relato em primeira pessoa, abordando questões identitárias como a importância do nome social ou retificado. Antes de enviá-

⁸ Segundo Meihy (2005, p. 195), uma entrevista transcrita é aquela trabalhada com intervenções que buscam clarear a mensagem narrada oralmente e que foi transposta ao código escrito.

lo para a Editora, ele foi compartilhado por meio de diálogos coletivos e virtuais, e que serviram para gerar discussões, sugestões e fortalecimento. Além do texto, fotografias foram por elas selecionadas e enviadas; algumas vezes trocadas, assim como palavras e colocações, na medida em que a própria vida continuava e as perspectivas do sentir e do dizer se transformavam por novas experiências: relacionamentos se desfizeram, “clientes” se tornaram namorados, novos empregos e lares surgiram, novas realizações aconteceram.

Além das contribuições das teóricas, a poesia também fez parte de um trabalho coletivo, pelo qual pudéssemos expressar sentimentos e expressões, trazendo textos de militantes e poetisas travestis como Maria Clara Araújo, Virgínia Guitzel, e Raíssa Grimm. Os poemas foram sugeridos por elas e por mim e, em alguns casos, também escritos pelas colaboradoras, procurando não apenas falar dos afetos em seu sentido emocional, mas como apontou Benedictus Spinoza (2013), em seu significado de potência, de afetação e afecção do corpo pelas memórias, sonhos e palavras.

A distância dada pela pandemia do Coronavírus e mediada pela tecnologia virtual nos fez experimentar um novo modo de interação que, apesar de não poder contar com o toque e a proximidade física, não nos impediu de construir afetos. Concordando com as observações de Ricardo Santhiago e Valéria Magalhães (2020, p. 10) em relação a esta condição imposta pelo isolamento, percebi que “os diálogos mostraram-se confortáveis, íntimos e frutíferos para todas as partes e não houve manifestação de que havia algum problema no diálogo mediado. A dialogicidade e situacionalidade da comunicação foi mantida”. Apesar de considerar que uma entrevista presencial seja mais rica, a relação de confiança não foi afetada e a tecnologia nos permitiu um encontro que de outra forma não seria possível devido ao fato de estarmos em outras cidades ou países diferentes.

Mesmo distantes, praticamos continuamente a colaboração e a autoridade compartilhada, como defenderam Meihy (2005) e Frisch (2016), pois um livro será apenas um registro pronto a ser esquecido se buscarmos tão somente a produção de fontes orais e se este não se tornar mecanismo para a troca, o aprendizado e a reparação de danos por meio da criação de ações públicas que transcendam “as restrições de dicotomias como produção/consumo, historiador/plateia, pesquisa/produto” (Frisch, 2016, p. 60). E mais: dicotomias entre ciência e afeto, cisheteronormatividade e transvestilidades, humanidade e outridade. No processo vivo, a memória (des)contínua afetava o registro histórico expressando o movimento da história oral em dinâmicas públicas de participação. A ressignificação da obra continuou após o anúncio às colaboradoras de que a obra havia sido publicada, no dia 22 de junho de 2022. Foi quando Wall, emocionada, divulgou nas redes sociais:

O livro ficou pronto no dia que a ratificação do meu nome chegou. Meu RG, CPF, certidão de nascimento. Tudo está retificado. Agora meu nome é Walquíria Valentina Alves, gênero feminino. [...] Este livro, junto com a retificação de meu nome me traz a sensação de luta num desgoverno que causou tantos retrocessos

para nós. Meus documentos e minha história registrada são, acima de tudo, um ato político... (Wall Alves, 2022).

O processo constante de negociação entre nós nos colocou, por diversas vezes, diante de possibilidades outras de comunicação e debate em torno das questões sociais, políticas e identitárias que suas falas pudessem produzir como ato político, de forma a combater estigmas e exclusões que marcaram suas trajetórias e que continuam a machucar outras pessoas trans: “As pessoas nos magoam e nos discriminam porque não conhecem nossas histórias”, me disseram em diferentes momentos colaboradoras como Nina Helena, Monara, Thays e Wall.

Colocações como essas, continuamente me mostraram o desejo em manter em aberto todo tipo de diálogo social que a história oral pudesse promover, reconhecendo em suas vozes a diferença e a igualdade enquanto direito de produzir e divulgar suas narrativas não apenas por meio de uma escrita pública, mas em outras formas de ocupação de espaços físicos e virtuais. Em todo o processo e ainda depois da publicação do livro, algumas delas passaram, então, a me acompanhar em salas de aula, em mesas redondas, em projetos de extensão para a comunidade de docentes e de agentes de saúde, em grupos de estudo e de escritórios que têm se multiplicado na Universidade, no próprio lançamento da obra e na construção de um acervo virtual sobre a memória e a história LGBTQIA+ no sul de Minas Gerais.⁹ Mais do que isso, o impacto de trabalhos com temáticas sobre sexualidade, gênero e raça – e aí não coloco apenas a minha pesquisa – tem contribuído para repensar currículos, para a criação de núcleos ligados aos direitos humanos e políticas públicas, como as cotas para graduação e pós-graduação aprovadas recentemente pela instituição em que leciono. Essa dimensão pública da história oral, como afirmou Santhiago (2021, p. 6), cria contextos de co-presença em espaços “de partilha e de solidariedade, que se dá para além do plano do reconhecimento teórico e que se realiza tanto em nível individual quanto coletivo”, o que foi também o apelo apresentado a mim pelas narradoras, em seu texto coletivo para as considerações finais do livro:

É preciso que, como mulheres cis e trans, como travestis, brancas e negras, mineiras ou não, a gente dialogue e se entenda. Mas para nos entendermos, a gente tem que reconhecer nossas diferenças. Considerar que elas não nos afastam, não nos provocam oposição, mas nos convidam a nos conhecer melhor e nos organizar melhor. [...] Queremos que a nossa diferença seja reconhecida e não apagada pela ideia da universalidade ‘mulher’. Estamos querendo coexistir, naqueles pontos que provocam intercâmbios, e nos fortalecer contra qualquer violência de gênero que nos atravessa em comum, por questões em comum e por direitos que, mesmo que

⁹ O projeto AMHOR: Acervo de Memórias e Histórias do Orgulho LGBTQIA+, desenvolvido na Universidade Federal de Alfenas (Unifal) tem como objetivo criar um acervo digital de cultura material e entrevistas orais, organizado de forma colaborativa por discentes e membros da comunidade LGBTQIA+.

específicos, devem nos irmanar. (Rovai, 2022, p. 413).

Trabalhos de história oral podem colaborar na implosão de estruturas fechadas e concepções restritas dentro da universidade que carregam, na verdade, condutas e discursos marcados pela cisheteronormatividade. É preciso expandir, desse modo, provocações acerca do que seja o público, não mais compreendido como massa amorfa e passiva, ou audiência e espectador. Trazer as histórias e as sujeitas trans/travestis para as esferas públicas, não apenas por meio de um livro, mas dos questionamentos, negociações e eventos que ele possa suscitar, pode significar também um movimento de derrubada de muros e de novos encontros que nos irmanem de forma solidária, (trans) feminista e decolonial.

Considerações finais

Retorno à Câmara dos Vereadores. À história pública-celebração. À ocupação do espaço político pelos corpos transgêneros e considerados dissidentes por uma cultura que não quer enxergar nem questionar a si mesma como construção social e política. Aos usos que os diferentes públicos – narradoras, leitores/as do livro, estudantes e docentes, militantes e servidores/as municipais podem fazer de uma história oral implicada nas demandas do presente, apropriada, reinventada e evidenciada num evento em território tradicionalmente masculino, branco, cisgênero, hetero e conservador.

Volto à f(r)esta. À potência da mão que segura um livro e a outra que segura o microfone, ampliando ainda mais a força daquilo que não é apenas produto, mas afirmação. O livro se abre e se alarga na história pública-celebração da vida, além da entrevista individual e íntima, em que as narradoras também se colocam diante do público por meio de elementos performáticos para cativá-lo com suas habilidades em contar, encantar e compartilhar suas histórias. Kelly, com seu lindo vestido transparente, propositalmente escolhido para celebrar o corpo travesti, afirma o prazer de ser quem é. Monara, que compartilhou comigo a ansiedade na escolha do seu sapato vermelho e que cuidou de toda a decoração daquele lugar, agradece pela luz que todos podem representar na luta contra a transfobia. Daniela e Lucielly, com seus corpos e falas festivas, convidam à leitura e divulgação de suas histórias. Ao final, o bolo nas cores rosa, branca e azul (feito por um discente LGBTQIA+) é cortado e distribuído, juntamente com o brinde pela vida trans. Ali elas anunciam seu orgulho e são aplaudidas e reconhecidas pelo público afetado: “Temos agora uma história da população trans no sul de Minas Gerais!”, me diz uma militante que estava na plateia. Passamos aos autógrafos e todas os/as presentes ocupam as cadeiras destinadas aos/às vereadores/as para assinarem seus nomes nos livros, assim como eu, num sentimento de parceria. Suas canetas deixam também mensagens no exemplar entregue a mim por elas, com o sentido de um “nós”:

“Resistimos juntas”; “Somos luzes”. Em cada livro também estão seus nomes sociais ou retificados, escolhidos como renascimento por cada uma, símbolos da (res)existência, da afirmação de sua identidade e da luta coletiva, como explicou Gisella algumas vezes: “Meu nome não é de guerra, é o meu nome social. É pelo que me apresento, com que me identifico. O nome social é uma conquista pública de direitos, depois de muita luta dos movimentos sociais”.

Observo naquele momento a abertura de portas – e não a conclusão – promovida por um trabalho coletivo que se posiciona contrariamente aos diagnósticos pessimistas que pensam os grupos chamados de subalternos como incapazes de se agenciarem e refletirem sobre suas próprias experiências. Parafraseio Lugones (1987) para dizer que pela história oral pública “viajamos entre mundos” de seres viventes, e que conhecer as trajetórias das mulheres trans é parte de conhecê-las e amá-las, escutando o apelo que procuram registrar coletivamente nas considerações finais do livro e em cada lugar em que estão presentes:

Este livro é uma maneira de fazer ecoar nossa fala entre pessoas cisgêneras e transgêneras, a fim de rompermos com os silêncios opressivos e transcender as fronteiras ou o afastamento provocado pela ignorância e pelo ódio. [...] Agradecemos por este encontro inesperado, nesta encruzilhada da vida e de nossas diferenças, junto a uma mulher cisgênera [...]. Falamos juntas, cada qual de seu lugar, para que possamos, um dia, neste plano ou outro, ver a nossa herança de luta se alargar. (Rovai, 2022, p. 415).

Concluo este texto com a esperança de que tenha conseguido contribuir para alargar a potencialidade de uma metodologia que lida essencialmente com pessoas e suas diferenças, sem a pretensão de salvá-las ou falar por elas. Desejei mostrar, a partir da indicação de algumas provocações e caminhos inclusivos tomados em minha pesquisa, que em história oral acolher a voz e a experiência não nos dá poder de controle e compreensão sobre o que alguém poderá intencionar dizer ou sentir, uma vez que a alteridade é inalcançável, mas nos coloca em colaboração sobre os usos públicos daquilo que se quer expressar oralmente e que pode se alargar para além da escrita acadêmica, promovendo ocupações de espaços, alianças e ações políticas que nos permitam nos conhecer, humanizar a ciência histórica e minar a ego-história cisheteronormativa.

Referências

BENEVIDES, Bruna G. (Org.). *Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. Brasília: Distrito Drag; Antra, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabelo; SANTHIAGO, Ricardo. *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 57-70.

HOOKS, bell. Vivendo o amor. *Geledés*, 9 de março de 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Michele Pires. *Senhoras do Tempo: cotidiano, trabalho e ativismos de travestis e transexuais em Manaus (1992-2019)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFAM, Manaus, AM, 2021.

LUGONES, María. Playfulness, “World”-Travelling and Loving Perception. *Hypatia*, v. 2, n. 2, p. 3-19, 1987.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): p. 935-952, setembro-dezembro/2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2005.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. *História Hoje*, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 203-222, 2019.

PORTELLI, Alessandro. História oral e poder. *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 2-13, 2010.

RIBEIRO, Djamilia. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RODRIGUES, Rita; VERAS, Elias; SCHMIDT, Benito. *Clio sai do armário: historiografia LGBTQIA+*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. *Sob nossa pele e com nossas vozes: feminilidades transbordantes no sul-mineiro*. Teresina: Cancioneiro, 2022.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286-309, jan./mar. 2018.

SANTHIAGO, Ricardo. Levantando a quarta parede: história oral e entrevistas públicas. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 47, n. 2, 2021.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 27, p. 1-18, 2020.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – UFBA, Salvador, BA, 2015.

Fontes orais

ALVES, Wall [idade não revelada]. [maio 2018]. Entrevistadora: Marta Rovai. Alfenas, MG, 23 maio 2018.

AVILA, Luana [42 anos]. [jan. 2019]. Entrevistadora: Marta Rovai. Alfenas, MG, 11 e 12 jan. 2019.

BATISTA, Nina Helena [28 anos]. [dez. 2021]. Entrevistadora: Marta Rovai. São Lourenço, MG, 13 e 20 dez. 2021.

FERREIRA, Ana Luíza [27 anos]. [jun. 2019]. Entrevistadora: Marta Rovai. Alfenas, MG, 17 jun. 2019.

LIMA, Gisella [idade não revelada]. [jul. 2020]. Entrevistadora: Marta Rovai. Alfenas, MG, 18 jul. 2020.

LOPES, Lucielly [32 anos]. [jun. 2019]. Entrevistadora: Marta Rovai. Alfenas, MG, 15 jun. 2019.

MINUTY, Thays [31 anos]. [set. 2020]. Entrevistadora: Marta Rovai. Alfenas, MG, 18 set. 2020.

MOTTA, Daniela [40 anos]. [set. 2018; nov. 2020]. Entrevistadora: Marta Rovai. Alfenas, MG, 18 set. 2018; 20 nov. 2020.

RIBEIRO, Kelly [37 anos]. [jun. 2019]. Entrevistadora: Marta Rovai. Alfenas, MG, 12 jun. 2019.

SOARES, Monara [35 anos]. [jun. 2019]. Entrevistadora: Marta Rovai. Alfenas, MG, 12 jun. 2019.

VENDRAMINNI, Letícia [34 anos]. [set. 2020; mar. 2021]. Entrevistadora: Marta Rovai. Alfenas, MG, 18 set. 2020; 15 mar. 2021.

Recebido em 15/08/2022

Aprovado em 16/11/2022

Fonte de financiamento: nenhuma.

Conflito de interesses: nada a declarar.